

## Tratamento de Dados Pessoais

### INFORMAÇÕES AO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS

No âmbito da sua atividade o Banco BPI, S.A., com sede no Porto, na Avenida da Boavista, 1.117, matriculado na Conservatória do Registo Comercial do Porto, sob o número de matrícula PTIRNMJ 501214534, com o número de identificação fiscal 501214534, com o capital social de 1.293.063.324,98 Euros (doravante designado como "Banco BPI") recolhe junto dos Candidatos, em processos de seleção e recrutamento, dados pessoais relacionados com os mesmos, assegurando que o respetivo tratamento é feito de acordo com as regras de proteção da privacidade emergentes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de Abril de 2016 (doravante, "Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados" ou "RGPD") relativo à proteção das pessoas singulares, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses mesmos dados.

#### A. Entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais

O Banco BPI é a entidade responsável pelo tratamento dos dados pessoais dos Candidatos, na medida em que é responsável pela determinação das finalidades e dos meios de tratamento dos dados pessoais recolhidos.

#### B. Encarregado de Proteção de Dados:

O Banco BPI dispõe de um Encarregado de Proteção de Dados que o Titular dos Dados poderá contactar através de carta enviada ao cuidado de BPI DPO – para a Avenida da Boavista, n.º 1117, 4100-129 Porto ou através do seguinte endereço eletrónico: [dpo.rgpd@bancobpi.pt](mailto:dpo.rgpd@bancobpi.pt), para obter qualquer esclarecimento relacionado com a presente informação ou com a Política de Privacidade do Banco BPI disponível em <https://www.bancobpi.pt/politica-de-privacidade>,

#### C. Tipo de Dados tratados pelo Banco BPI:

Todos os dados pessoais disponibilizados pelo Candidato por quaisquer meios - seja através do preenchimento da respetiva ficha de candidato, fornecidos em sites de recrutamento, formulários disponibilizados no website do Banco BPI, através da Aplicação MYBPI, pela disponibilização do *Curriculum Vitae* ao Banco BPI ou a entidades que coadjuvem o Banco BPI no processo de recrutamento e seleção ao abrigo de contratos de prestação de serviços celebrados - nas várias fases do processo de recrutamento, bem como os dados que tenham sido gerados no âmbito daquele processo ou que resultem da avaliação da candidatura, são objeto de tratamento por meios automatizados ou não automatizados e revelam-se necessários para a avaliação da candidatura e eventual processo de admissão subsequente.

Alguns dados solicitados ao Candidato, no âmbito do processo de recrutamento, poderão constituir requisito obrigatório para a avaliação da candidatura propriamente dita ou da candidatura para posições determinadas, pelo que, caso assim seja, o Banco BPI dará essa indicação ao Candidato, informando-o de que, no caso de os mesmos não serem facultados, a análise da candidatura e ou eventual recrutamento não poderá ser efetuado.

No momento da criação do seu perfil de candidato, são tratados pelo Banco BPI os seguintes dados pessoais:

a) **Dados de identificação:** nome, nacionalidade, data de nascimento, e-mail, sexo, morada e telefone, estado civil, NIF, Cartão de Cidadão, naturalidade, grau de deficiência, a existir, NISS, indicação de familiares no Grupo BPI, a existir;

b) **Dados referentes à formação académica:** habilitações literárias, grau das habilitações superiores, designação do curso, data de início e data de termo e designação da qualificação atribuída e média de curso;

c) **Dados referentes à experiência profissional:** informação a respeito do exercício de atividade profissional, da existência de algum vínculo de efetividade no âmbito da respetiva carreira profissional, da experiência bancária, situação atual e, em caso de emprego, identificação do atual empregador;

d) **Outros dados:** idiomas e respetivos níveis, áreas de preferência, competências e conhecimentos informáticos ou de outros domínios.

O Banco BPI poderá, ainda, recolher outros elementos de informação respeitantes ao Candidato, através dos contactos disponibilizados pelo próprio (nomeadamente, referências pessoais e profissionais) ou mediante fontes acessíveis ao público, no sentido de complementar e/ou confirmar os dados pessoais fornecidos pelo mesmo, no âmbito do processo de recrutamento.

Durante o processo de seleção, na fase de entrevista e para que o recrutador avalie a existência de um conflito de interesses que possa impossibilitar a eventual admissão são ainda tratados os seguintes dados:

- os referentes à existência de eventual conflito de interesses tendo em conta o previsto na política interna sobre Conflito de Interesses, elaborada nos termos do art.º 34 do Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2020;
- informação a respeito de participação em órgãos sociais ou ao quadro de pessoal de uma empresa do sistema financeiro, órgãos ou ao quadro de alguma autoridade de supervisão financeira;
- informação relativa ao exercício de funções como perito de sinistros ou participação como sócio ou membro do órgão de administração de sociedade que exerça atividade de peritagem de sinistros, funções como atuário responsável de uma empresa de seguros ou resseguros, funções como auditor de uma relacionada com o sistema financeiro, funções de mediador de seguros ou resseguros em alguma empresa fora do Grupo BPI ou a título individual;
- qualificação adequada para o exercício da atividade de mediação de seguros - adquirida no âmbito da sua experiência profissional - e para o exercício da atividade de mediação de seguros - adquirida com a frequência com aproveitamento de ação de Formação;
- informação relativa a anterior relação com o Banco;
- informação relativa ao exercício de funções como intermediário de crédito;
- indicação da taxa contributiva de Segurança Social;
- experiência Bancária.

Na fase final do processo de seleção e depois de o Candidato ser considerado apto nos exames médicos de admissão, serão ainda tratados os dados relativos ao documento de identificação, certificação de habilitações e registo criminal.

A falta de preenchimento dos dados pessoais requeridos durante todo o processo de candidatura e acima referidos constitui impedimento para consideração, seleção e admissão do Candidato.

Nenhuma decisão tomada com base nos dados pessoais fornecidos pelo Candidato é exclusivamente automatizada.

#### **D. Finalidade do Tratamento de Dados:**

Os dados pessoais fornecidos pelo Candidato ao Banco BPI são tratados para efeitos de recrutamento e seleção, o que inclui a análise de candidaturas e currículo.

#### **E. Destinatários dos Dados Pessoais:**

Os dados pessoais do Candidato apenas são transmitidos a terceiros nos casos em que tal se revele necessário ao cumprimento de obrigações legais a que o Banco ou outras empresas do Grupo estejam sujeitas no âmbito de um processo de recrutamento e eventual contratação futura.

As entidades que coadjuvem o Banco BPI no processo de recrutamento, ao abrigo de contratos de prestação de serviços celebrados poderão ter acesso a dados pessoais dos candidatos. Nestas circunstâncias, o Banco BPI assegura que todas as medidas técnicas e organizativas são observadas, no sentido de assegurar que as entidades subcontratadas que tenham acesso aos dados pessoais dos Candidatos são entidades reputadas, oferecem as mais elevadas garantias a este nível, garantindo o cumprimento da legislação aplicável em matéria de privacidade e proteção dos dados, incluindo no que ao exercício de direitos dos titulares dos mesmos dados diz respeito.

No âmbito da finalidade gestão de recursos humanos dentro Grupo societário CaixaBank, os dados podem ainda ser partilhado com o CaixaBank.

A transmissão de dados a terceiros é realizada de acordo com a legislação aplicável em matéria de proteção de dados e dentro dos limites das finalidades e fundamentos jurídicos definidos no presente normativo.

#### **F. Direitos do Candidato:**

Nos termos da lei aplicável, aos Candidatos, enquanto titulares de dados pessoais, assistem os seguintes direitos: direito ao acesso, direito à retificação, direito à limitação, direito à oposição, direito à eliminação (ou ao “esquecimento”) e direito à portabilidade.

##### **Direito ao Acesso**

Os Titulares dos Dados têm o direito de aceder à informação que o Banco BPI dispõe sobre ele e como essa informação é tratada.

##### **Direito à Retificação**

O direito de solicitar a retificação dos seus dados junto do Banco BPI, quando os mesmos estejam incorretos ou desatualizados.

##### **Direito à Limitação**

O direito de solicitar ao Banco a limitação do tratamento dos seus dados pessoais nas seguintes situações: (a) quando conteste a exatidão dos seus dados pessoais, suspendendo o tratamento durante um período que permita ao Banco BPI verificar a sua exatidão; (b) se tratamento for ilícito e se se opuser ao apagamento dos dados, solicitando, em contrapartida, a limitação da sua utilização; (c) quando o Banco BPI já não precise dos seus dados pessoais para fins de tratamento, mas esses dados sejam por si solicitados para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial; ou (d) quando se tiver oposto ao tratamento dos seus dados e até que estejam verificados que interesses legítimos prevalecem, se os seus ou os do Banco.

## **Direito à Oposição**

O direito de se opor ao tratamento dos seus dados, indicando os respetivos motivos, quando este seja realizado com fundamento no interesse legítimo do Banco ou de terceiro. No entanto, o Banco poderá continuar a tratar os dados em causa caso o Banco apresente razões imperiosas e legítimas que prevaleçam sobre os seus interesses, direitos e liberdades, ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial. Poderá, ainda, opor-se ao tratamento dos seus dados para fins de *marketing* direto, sem que tenha que apresentar qualquer justificação.

## **Direito à Eliminação (ou ao “Esquecimento”)**

Os titulares dos dados têm o direito de exigir a eliminação dos mesmos dos registos do Banco quando deixem de ser utilizados para as finalidades para que foram recolhidos ou necessários para cumprimento de obrigações legais, sem prejuízo, contudo, dos prazos de retenção que por lei se imponham.

## **Direito à Portabilidade**

Os titulares dos dados, quando aplicável nos termos da lei, têm o direito de receber os dados pessoais que tenham fornecido ao Banco, num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, e transmitir esses dados a outro terceiro.

Adicionalmente, refira-se, que aos titulares dos dados assiste, ainda, o Direito à Reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd | Av. D. Carlos I, 134 – 1.º 1200-651 Lisboa | Tel: 351 213928400 | Fax: +351 213976832 | e-mail: [geral@cnpd.pt](mailto:geral@cnpd.pt)), autoridade de controlo nacional para efeitos do Regulamento Geral de Proteção de Dados e da lei nacional aplicável.

Os Candidatos, enquanto titulares dos dados, poderão exercer os seus direitos, mediante envio de um e-mail para o seguinte endereço eletrónico: [drh.protecao.dados@bancobpi.pt](mailto:drh.protecao.dados@bancobpi.pt) ou através da Aplicação MYBPI.

## **G. Prazos de conservação:**

Os dados pessoais serão conservados durante o período que for necessário para cumprir as finalidades definidas ou durante o período que seja exigido por normas legais ou regulamentares aplicáveis.

No que se refere à finalidade subjacente ao recrutamento e seleção, o prazo de conservação dos dados pessoais é de 2 anos, contados desde a entrega da candidatura ou Curriculum Vitae ou após o último acesso à informação disponível na Aplicação MYBPI, no caso do Candidato não ser selecionado. Este período de conservação é definido para efeitos de inclusão em novos processos de recrutamento que se ajustem ao perfil do Candidato que poderão ser do seu interesse, sem prejuízo do exercício do direito de revogação do consentimento ou oposição.

Adicionalmente, nos termos do art.º 32º do Código do Trabalho, inserido no capítulo da igualdade e não discriminação, estabelece que todas as entidades devem manter durante cinco anos o registo dos processos de recrutamento efetuados. Neste sentido, e para exclusivo cumprimento desta finalidade, os dados pessoais serão conservados por esse período.

Caso o Candidato seja selecionado, o prazo de conservação é de 50 anos a contar da extinção de qualquer direito decorrente do contrato de trabalho, quer em relação ao colaborador, quer em relação aos seus beneficiários de prestação por morte.

## **H. Segurança de Dados**

O Banco BPI tem implementadas diversas medidas de segurança físicas, lógicas, técnicas e organizativas, de forma a proteger os seus dados pessoais contra a sua difusão, perda, uso indevido, alteração, tratamento ou acesso não autorizado, incluindo:

- (i) mecanismos de controlo de acesso aos sistemas de informação e aos dados;
- (ii) sistemas especializados de segurança (p.e., firewalls, antivírus, sistemas de deteção de intrusão);
- (iii) mecanismos de registo das ações efetuadas por colaboradores, Clientes e outros utilizadores dos sistemas de informação (p.e., acesso, alteração, eliminação de dados pessoais);
- (iv) mecanismos de cifra, pseudonimização e anonimização de dados;
- (v) medidas de cifra de equipamentos e dispositivos móveis;
- (vi) medidas de segurança física para proteção das instalações (p.e., controlo de acessos físicos, videovigilância, alarmes diversos).

Importa referir que o Banco investe numa melhoria contínua da segurança dos seus sistemas e processos, através da monitorização contínua dos riscos e controlos, o que lhe permite identificar novos riscos emergentes da continua evolução tecnológica e adotar novas medidas de segurança e controlos adequados a tais riscos. Adicionalmente, o Banco tem um programa de sensibilização e formação dos colaboradores em matéria de segurança da informação e proteção de dados pessoais de modo a garantir que todos aqueles que intervêm no tratamento dos seus dados conhecem as suas obrigações e trabalham no sentido de proteger a sua privacidade

Para mais informações sobre o tratamento de dados pessoais e respetivos direitos, o Candidato poderá consultar a Política de Privacidade do Banco BPI, S.A, disponível em <https://www.bancobpi.pt/politica-de-privacidade>.

O Banco BPI reserva-se no direito de a qualquer altura proceder a reajustamentos ou alterações ao presente documento, sendo essas alterações devidamente publicitadas pelo Banco BPI.